



A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA ESCOLA, O CONTEXTO ESPANHOL

Profa. Begoña Galián

begona.g.n@um.es

Profa. Dra. María Luisa Belmonte

marialuisa.belmonte@um.es

Prof. Abraham Bernárdez-Gómez

abraham.bernardez@um.es

Universidad de Murcia, España

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Begoña Galián, María Luisa Belmonte, Abraham Bernárdez-Gómez (2020): "A participação das famílias na escola, o contexto espanhol", Revista Atlante Cuadernos de Educación y Desarrollo, ISSN: 1989-4155 (octubre 2020). En línea:
<https://www.eumed.net/rev/atlante/2020/10/familias-escola.html>

Resumo

A escola e as autoridades familiares se alimentam umas das outras, sendo essencial essa colaboração mútua, uma vez que ambos os agentes são especialistas, cada um em sua área, e, portanto, tornam-se modelos educacionais fundamentais a partir dos quais aprender uns com os outros. Esta revisão sistemática da literatura que aqui trabalha reúne as principais perspectivas teóricas atuais contrastadas com o passado. A técnica de análise de conteúdo avaliou as referências encontradas e criou um corpus teórico sobre o qual basear futuras pesquisas fazendo referência a esse campo de pesquisa. Como principais conclusões, destaca-se que, se houver uma boa relação entre escola e família, as crianças aumentam o desempenho escolar e desenvolvem atitudes e comportamentos positivos. Assim, capturam a existência de uma continuidade entre os objetivos educacionais dos pais e os do centro.

Palavras-chave: escola, família, professores, participação, educação.

LA PARTICIPACIÓN DE LAS FAMILIAS EN LA ESCUELA, EL CONTEXTO ESPAÑOL.

Resumen

Los entes escuela y familia se retroalimentan el uno al otro, siendo imprescindible esta mutua colaboración ya que ambos agentes son expertos, cada uno en su ámbito, e por tanto se convierten en modelos educativos fundamentales de quienes aprender los unos de los otros. La presente revisión sistemática de la literatura que aquí se trabaja, aglutina las principales perspectivas teóricas actuales contrastadas con las pasadas. Mediante la técnica de análisis de contenido se han evaluado las referencias encontradas e se ha creado un corpus teórico en el que basar futuras investigaciones que hagan referencia a este ámbito de la investigación. Como principales conclusiones se extrae que, si existe una buena relación entre escuela y familia, los hijos aumentan el rendimiento escolar e desarrollan unas actitudes y comportamientos positivos. Así, captan la existencia de una continuidad entre los objetivos educativos de los padres e los del centro.

Palabras clave: escuela, familia, docentes, participación, educación.

FAMILIES´ PARTICIPATION IN THE SCHOOL, THE SPANISH CONTEXT.

Abstract

The school and family authorities' feedback to each other, being essential this mutual collaboration since both agents are experts, each in their field, and therefore become fundamental educational models from which to learn from each other. This systematic review of the literature working here brings together the main current theoretical perspectives contrasted with the past. The content analysis technique has evaluated the references found and created a theoretical corpus on which to base future research referencing this field of research. As the main conclusions, it is drawn that, if there is a good relationship between school and family, children increase school performance and develop positive attitudes and behaviors. Thus, they capture the existence of a continuity between the educational objectives of the parents and those of the center.

Key words: school, family, teachers, participation, education

INTRODUÇÃO.

A família é um tecido independente, com suas normas e organização peculiar, mas é inevitavelmente imerso em um sistema mais amplo que é a sociedade a que pertence. Portanto, "todas as peças da estrutura comunitária, que fazem parte do mesmo tecido social, devem resistir em conjunto, contando com iniciativas educativas de valor, uma vez que essa comunidade é coesa quando esse tecido é fortalecido" (Belmonte e Bernárdez-Gómez, 2020, p.45). Nesse sentido, a educação da família é fundamental, que busca o desenvolvimento completo das pessoas e as prepara para a inserção na sociedade (Santelices, 2011). É essencial que o respeito ao próximo trabalhe da família, vivendo em liberdade e solidariedade para criar relações equilibradas com outras pessoas (Constitución Política de Colombia, 1991). Tudo isso pode ser alcançado promovendo os direitos humanos da família, pois é algo que não pode ser apenas promovido a partir de instituições públicas, mas está associado aos valores transmitidos do ambiente mais próximo (Zárate et al., 2014). A relevância de aspectos como essas necessidades é a própria necessidade de realizar uma revisão sistemática da literatura que nos permita alcançar em conjunto o objetivo: explorar, analisar e expor as pesquisas científicas que se desenvolveram em torno da relação família-escola dentro das escolas.

Esse contexto é o mais benéfico para, tendo como exemplo os pais, aprender a interpretar a cultura, valorizando a justiça, a responsabilidade, a educação, o respeito, a tolerância, a gestão emocional e a sexualidade responsável, entre outros. Essa transmissão não ocorre apenas conscientemente, mas na maioria dos casos é aprendida por imitação de forma não intencional e espontânea (Gimeno, 1999). Portanto, os pais devem refletir sobre a educação que desejam para seus filhos, desenvolvendo um projeto educativo que está presente no trabalho diário (Torralba, 2004). O resultado de uma boa educação não é improvisado nem aleatório, mas é algo consensual e coerente realizado continuamente, uma vez que as crianças são muito jovens (Silveira, 1999).

Embora a importância do papel da família na educação já seja evidente, deve-se notar que nada acontece sem intenção, e por isso é necessário que os familiares estejam atentos a ela, assumindo a responsabilidade pela educação de seus filhos. Em tempos de crise, a educação é um tema quente. As profundas mudanças que estão ocorrendo em velocidade de ruptura tornam a educação pouco fácil, sendo até duvidoso o "o que aprender" (Mínguez, 2012) e talvez como resultado da educação ineficiente, não só da família, mas de todos os agentes envolvidos, encontramos uma taxa muito alta de abandono, muitos alunos repetidos ou que diretamente não querem aprender (Fernández et al., 2010). De acordo com Villar (2012) os problemas educacionais mais urgentes são o fracasso escolar e as instituições de ensino não são mais confiáveis, o que levou a uma mancha de seu trabalho. Essa situação não é resolvida por um investimento econômico voltado à atualização tecnológica dos centros, mas, como diz este autor, os centros devem ser mais autônomos, o foco deve ser melhorar a qualidade e o empoderamento da cultura.

METODOLOGIA

Como observado acima, o objetivo para o desenvolvimento desta pesquisa tem sido: explorar, analisar e expor as pesquisas científicas que se desenvolveram em torno da relação família-escola dentro das escolas. Para atingir esse objetivo, o uso de uma metodologia qualitativa na qual a análise de conteúdo e a revisão da literatura são propostas como chave, com o objetivo de uma tarefa sistemática e aprofundada de conhecimento em uma área (Bisquerra, 2016). Por meio dessa tarefa,

será construído um corpo de conhecimento suficiente para abordar a questão da relação entre as famílias dos alunos e as escolas.

Revisões bibliográficas fazem parte da pesquisa secundária (Cea D'Ancona, 1996; Pacios, 2013), porque são realizados por meio de estudos prévios, desenvolvendo conhecimentos sobre um campo específico e desenvolvendo ideias em torno do tema do estudo. Além disso, esses tipos de estudos têm estágios de trabalho bem diferenciados (Bernárdez-Gómez, Marafante e da Silva, 2020): estabelecer os critérios a serem utilizados na pesquisa, coleta e análise preliminar dos documentos, a fim de selecionar aqueles que atendam aos critérios estabelecidos e, em seguida, análise final dos textos.

Amostra

Escolher os textos para realizar a análise é uma tarefa que requer uma série de critérios que trazem rigor à pesquisa. Para isso, foi estabelecido que a busca inicial por documentos deve ser realizada nas bases de dados que realizam mais atividades na área educacional: Dialnet, Eric, Scopus e Web of Science. Uma vez acessados, os termos que, aqueles que se inscreveram, na maioria das vezes entendem no estudo desse tema educacional foram utilizados como descritores: escola #relaciones, escola #relación-família, #comunidad educação. Da mesma forma, a busca ocorreu com os descritores correspondentes em espanhol.

Após a busca de textos nas bases de dados indicadas, surgiram 78 referências com os filtros iniciais que correspondiam aos critérios de inclusão/exclusão: textos na língua espanhola e inglesa e publicados nos últimos cinco anos (2015-2020). Uma vez que os documentos foram encontrados de acesso aberto e vinculados ao objeto de estudo, a amostra resultante para análise foi de 29 artigos.

Processo de análise de dados

O desenvolvimento dessa tarefa tem sido realizado através da técnica de codificação indutiva e análise de conteúdo (Miles et al., 2014) com o uso do programa de análise de dados ATLAS.ti, um processo no qual os principais elementos da teoria informada para sua codificação devem ser levados em conta (Alarcón, Munera y Montes, 2017). Um dos princípios que a pesquisa deve manifestar é o rigor como garantia de qualidade no processo. Para isso, a tendência atual na educação é o uso de diferentes softwares que fortalecem procedimentos analíticos (Seale, 1999). Além disso, nota-se que uma de suas principais vantagens é o processo mecânico de segmentação, tratamento e codificação de dados (Amezcuca e Gálvez, 2002).

Uma vez que a sistematidade no processo de análise de dados é relevante (San Martín, 2014), codificação foi feita em três vezes (Bernárdez-Gómez, Belmonte e Galián, 2020). Realização de codificação aberta que identifique os diferentes conceitos subjacentes, para seguir através de uma análise axial na qual possíveis relações são estabelecidas e codificação final com um processo seletivo pelo qual os dados são analisados em conjunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Evolução legislativa da participação na Espanha

Hoje, a participação das famílias nas escolas, além de um dever moral, é um direito e, como tal, o poder público deve trabalhar para garantir que esse direito seja cumprido (Repáraz e Naval, 2014). Escola pública tem uma história relativamente curta (Auduc, 2007). Até pouco mais de cem anos atrás, as crianças não tinham que receber uma educação semelhante, independentemente de sua origem, sexo, religião, status socioeconômico, etc. E até que isso ocorresse, os pais não eram vistos como potenciais participantes da educação acadêmica que recebiam seus filhos, eles não eram considerados "pais de alunos" (Llevot e Bernad, 2015).

A família compartilha a educação das crianças com a escola, que está sujeita às regulamentações nacionais e regionais. Embora, sem dúvida, cada centro seja diferente, e os pais tenham a possibilidade de escolher a escola que melhor se adequa à educação que desejam para seus filhos, podendo escolher entre centros públicos, privados e concertados. A partir daí, as famílias são as que decidem como se envolver na escola, ou o que é o mesmo, até que ponto fazer parte da educação que seus filhos recebem na escola (Frías de Val, 2014).

Atualmente, existe uma legislação que trata de direitos e deveres relativos à participação regulatória dos pais nas escolas. Mas os desenvolvimentos legislativos na Espanha começaram em 1836,

quando no Plano Geral de Instrução Pública (Real Decreto de 4 de agosto, 1836), conhecido como o Plano Duque de Rivas, a opinião dos pais nos órgãos administrativos começou a ser levada em conta. De tal forma que, no artigo 117º, a necessidade de uma Comissão de Instrução Pública estava legislando. Os componentes faziam parte de vários agentes da comunidade e incluíam três pais, todos eleitos pelo governador. Este comitê criou os regulamentos e controlou os professores. A Comissão de Instrução Pública esteve presente em todos os povos e dependia do partido no poder. Suas funções estão relacionadas ao controle dos professores e à criação de novas escolas. Por fim, os centros devem prestar contas à comissão pelos resultados obtidos. Embora seja verdade que é a primeira vez que os pais são incluídos em questões administrativas educacionais, não se deve esquecer que os pais pertencentes a esta comissão foram eleitos pelo governador, de modo que eles não representam a realidade educacional da escola (Frías de Val, 2014). Além disso, a capacidade de tomada de decisão era muito limitada. Embora a duração deste plano tenha sido muito curta, de alguma forma, foram criadas as primeiras bases do que se tornaria a Lei Moyano de 1857.

Após uma etapa em que se poderia dizer que houve um retrocesso em termos de participação educacional, em 1857 foi publicada a Lei de Instrução Pública ou a Lei Moyano de Educação Básica, onde muitas mudanças são colocadas em prática no nível educacional. Quanto ao envolvimento familiar, o Conselho Real de Instrução Pública, ao qual trinta conselheiros pertenciam, mas nenhum pai de alunos, foi criado a nível nacional. Em cada capital estavam os Conselhos Públicos de Instrução, onde entre seus membros, se encontramos dois ou mais pais, mas todos foram nomeados pelo governo, então eles não eram representativos da população. Por fim, encontramos no âmbito municipal os Conselhos Municipais, que também contaram com a participação de dois ou mais pais. Além disso, essa lei aplica o dever de escolaridade de crianças entre seis e nove anos de idade, o que pode ser feito em casa.

A partir da Lei Moyano de 1857 houve pequenos avanços e retrocessos sobre o tema abordado, mas a participação dos pais nas escolas da Espanha remonta democraticamente à Constituição de 1978 (CE, 1978), coincidindo com um período que surgiu a nível europeu nos anos 80 onde, por causa das dificuldades sociais e trabalhistas, os pais começam a se preocupar com questões educacionais. É quando realmente há mudanças que permitem que a sociedade faça parte do sistema, em geral, e, por exemplo, também no campo educacional. A administração começa a ser considerada ligada à cidadania.

Seguindo a Constituição de 1978 (CE, 1978), a Lei Orgânica 5/1980 surgiu em 19 de junho. Regulamenta o Estatuto das Escolas, cobrando os direitos das famílias, tais como: escolha de centro, direito de escolher um centro religioso de acordo com as crenças dos pais, direito de participar e direito à associação. Dois tipos de órgãos de governo foram criados em escolas primárias e secundárias. De um lado, os órgãos de uma pessoa, compostos pelo diretor, chefe de estudos e, por outro lado, o Conselho de Administração, composto por vários representantes da comunidade educacional, incluindo quatro representantes da Associação de Pais dos Estudantes, eleita pela mesma associação, e dois estudantes democraticamente eleitos pelos alunos. Os pais tornaram-se participantes dos órgãos de governo por terem voz e voto, e serem democraticamente eleitos, de modo que, agora o fizeram, representaram a população real da escola. A gestão econômica foi realizada por meio da Diretoria Econômica, onde também havia três pais escolhidos pela Associação de Pais de Estudantes. Esta lei foi apelada ao Tribunal Constitucional, onde sua aplicação foi interrompida em 1981. A Corte ditou três princípios sobre o envolvimento dos pais. O primeiro, que para participar da gestão do centro, os pais, não tinha que pertencer a nenhuma associação. A segunda, considerou-se que a não definição do número de representantes do Conselho de Administração e dos poderes do Conselho de Administração, nos centros concertados, era constitucional da ONU. Considera-se que os centros privados que não são apoiados por fundos públicos não são obrigados a aplicar essas regras.

A Lei Orgânica de 8/1985, de 3 de julho, que regulamenta o Direito à Educação (LODE) também tratava dos direitos dos pais que partem da Constituição de 1978 (CE, 1978). Foram criados os Conselhos Escolares, compostos por representantes de toda a comunidade educacional, que tinham como supervisão funcional o funcionamento do centro, também atendia como agência de participação social na educação e era o órgão intermediário junto ao governo, reduzindo assim os papéis e

responsabilidades do diretor do centro. Essa figura elegeu o diretor de centros públicos e concertados. Além disso, nos centros concertados foi o órgão que decidiu contratar ou demitir professores.

O LODE foi revogado em 1990 pela Lei Orgânica 1/1990, de 3 de outubro, sobre Gestão Geral do Sistema Educacional (LOGSE). Essa lei não fez alterações nos órgãos de governo e gestão do centro, nos quais os pais já tinham envolvimento democrático. O LogSE trouxe mudanças mais relacionadas à qualidade da educação e à avaliação do sistema educacional. Essas mudanças foram materializadas na Lei Orgânica nº 9/1995, de novembro, sobre a Participação, Avaliação e Governo das Escolas (LOPEG), na qual foi aprovado o projeto de ensino e escola geral, atribuindo competência ao Conselho Escolar. O papel do diretor foi realizar as ações necessárias para alcançar os objetivos estabelecidos naquele projeto educativo, além de buscar uma boa convivência dentro do centro. Quanto aos pais, houve uma mudança em relação aos Conselhos Escolares. Agora, um dos quatro pais teve que ser nomeado pela Associação de Pais, para que, além de respeitar o direito individual de participar sem a necessidade de pertencer a uma associação, os pais das associações também foram representados.

Posteriormente, a Lei Orgânica 10/2002, de 23 de dezembro, sobre a qualidade da Educação (LOCE) reflete os direitos e obrigações que os pais têm para a educação de seus filhos e a relação com a escola. Além dos constitucionais, foi feita referência aos direitos participativos e informativos e ao processo de ensino e aprendizagem de seus filhos. Mudanças significativas são propostas no nível do corpo governante. Agora, apenas a equipe de gestão é considerada um órgão governante. As outras agências são o controle e a gestão do centro. Por isso, mudaram as funções do Conselho Escolar, que embora sua composição fosse a mesma, limitava-se agora à aprovação do que era ditado pela equipe gestora e à elaboração de propostas. A escolha do diretor também foi diferente. Com a aplicação desta lei foi feita por meio de uma Comissão com componentes da administração educacional e do centro, e os critérios de escolha foram baseados em um concurso de mérito.

A LOCE foi substituída pela Lei Orgânica 2/2006, de 3 de maio, sobre Educação (LOE). No que diz respeito à participação, continuam os direitos e obrigações refletidos no LODE e na LOCE. Por outro lado, é lançado um compromisso educativo, através do qual famílias e escolas se comprometem a realizar atividades para melhorar os resultados das crianças. Os Conselhos Escolares são mais uma vez órgãos de governos com poderes de decisão. A eleição dos diretores é mantida como no LOCE, por meio de uma Comissão.

Finalmente, em 2013 foi aprovada a Lei Orgânica 8/2013, de 9 de dezembro, para a Melhoria da Qualidade Educacional (LOMCE). Considera os pais os primeiros responsáveis pela educação de seus filhos. Além disso, ele menciona explicitamente o direito dos pais de escolher a educação que desejam para seus filhos e a escola onde recebem, o direito de receber conselhos e informações sobre o processo de ensino e aprendizagem de seus filhos. Tanto o LOE quanto o LOMCE refletem em seu preâmbulo a relevância da participação comunitária na educação, mas após análise das mudanças entre o LOE e o LOMCE não há melhorias, em termos de participação (Angosto, 2015).

As leis educacionais marcam aspectos da participação regulatória. Esses direitos e deveres que têm tanto o centro quanto a família para alcançar a melhor educação possível. Atualmente, do ponto de vista normativo, os pais podem participar da escola de diversas agências:

- Associação de Mães e Pais de Alunos (em diante AMPA): segundo Rivero, Vera e Bakker (2009) "AMPA é a Associação que reúne Mães, Pais e responsáveis legais dos Alunos de um centro educacional" (p.8). Eles são regidos pelo Decreto Real 1593/86, que se desenvolve a este respeito ao artigo 5º da Lei Orgânica do Direito à Educação, que inclui os direitos e obrigações da AMPA. Globalmente, essas associações são claramente o órgão de participação dos pais mais ativo. E eles foram capazes de responder às necessidades que as administrações educacionais às vezes eram incapazes de atender. Possuem as funções mais exigentes, influenciando na criação de novos centros, melhores equipamentos e recursos, professores especialistas, organização de atividades pós-escola acessíveis, além de manter colaboração efetiva com o claustro de ensino para a organização das atividades, dentro e fora do horário escolar e, por fim, participação real na melhoria da qualidade educacional dos centros (Costa e Torrubia, 2007)

- Conselho Escolar: é o órgão que governa as escolas e participa de toda a comunidade educacional através de seus representantes. Todos os centros públicos e concertados devem ter um e ter competências de gestão. Entre suas funções está a aprovação e avaliação do Projeto Educacional e Gerencial, participação na seleção da gestão, proposta de iniciativas que beneficiem o centro, colaboração com as administrações locais, avaliação do funcionamento do centro, etc. Os pais dos alunos estão representados neste órgão com um número que não será inferior a um terço do total de membros do Conselho, sendo um deles nomeado pela AMPA.

Embora haja regulamentação legal dos órgãos que vão governar um centro educacional, na prática são os centros que são mais ou menos receptivos à participação das famílias. Da mesma forma, as famílias também decidem o nível em que querem se envolver nas propostas de suas escolas (Llevot e Bernad, 2015).

Funções educacionais familiares

Além da participação regulatória, os pais podem estar envolvidos na educação de seus filhos de forma não regulatória. As funções da família são muito mais extensas do que mera sobrevivência, cuidado, comida, casa, etc. As funções educacionais da família têm sido notadas por vários autores. Pereira e Pino (2002) enfatiza o afeto, a segurança, o autocuidado e também a construção da identidade e adaptação às normas sociais. Outros autores destacam a importância do papel socializador da família (Pérez Serrano, 1998). Além disso, Bas e Pérez de Gúzman (2010) coletados de diferentes pesquisas as seguintes funções educacionais da família:

1. Socializador: na família é onde o sistema social é reproduzido adquirindo conhecimento sobre o funcionamento da sociedade, o papel de cada membro, etc. Até que no final do processo a pessoa se integre ao sistema.
2. Aprendizagem ao longo da vida: através da aprendizagem contínua, são transmitidos valores necessários para uma boa convivência, utilizando-se o afeto da família.
3. Protetor: a família forma um sistema onde seus membros se sentem apoiados em caso de momentos desfavoráveis, protege cada membro para que eles se sintam confiantes e encontrem silêncio.
4. A partir de relações intergeracionais: a família cria um ambiente onde a comunicação facilita o aprendizado: isso permite a relação entre pessoas de diferentes gerações.

A sociedade atual e suas mudanças recentes exigem novas diretrizes educacionais que possam atender às necessidades decorrentes de transformações sociais e tecnológicas (Gomariz et al. 2008). É urgente prestar atenção à educação em valores que estão gradualmente sendo perdidos, sendo gradualmente substituídos por outros que desumanizam as pessoas, como o consumismo descontrolado ou o desejo pelo indivíduo.

As famílias de hoje continuam a cumprir todas as funções educacionais atribuídas a elas, mas é verdade que o fazem de forma diferente do que em outros tempos históricos. Por exemplo, descobrimos que costumava haver uma imposição religiosa, que marcava toda a família funcionando com um estereótipo patriarcal, e hoje há muito mais flexibilidade nesse sentido, o que a longo prazo marca outros aspectos da vida. Além disso, nota-se que há menos união de grupos familiares e há cada vez mais individualismo, algo que se nota, por exemplo, nas preferências de lazer (Gomariz et al., 2008).

Às vezes, as famílias sentem muita incerteza quando se trata de ser pai. Eles consideram que não têm treinamento concreto para orientar sua educação (García Sanz et al., (2016). Portanto, pode haver permissividade excessiva, falta de responsabilidades para com a criança, padrões intermitentemente aplicados, etc., em suma, uma grosseria que muitas vezes leva a distúrbios comportamentais (Garrido, 2005). E é isso, educar na grande diversidade em que nos encontramos é francamente complexo (Zárate et al., 2014) assim referências e tradições deixaram de ter peso (Eárnoz, 2006). Estudos sociológicos recentes indicam que a capacidade de socializar e a educação da família está sendo diminuída e os pais muitas vezes se sentem incapazes de lidar com a delegação da educação de seus filhos para instituições (Bolívar, 2006), contando com a qualidade que os profissionais podem trazer, mas desconhecendo que os modelos educacionais que são aplicados hoje são obsoletos e também são sobrecarregados pelas profundas mudanças que estão

ocorrendo (Gomariz et al., 2008). A escola é forçada a assumir o desenvolvimento pessoal, cognitivo e cultural enquanto constantemente questiona o que ensinar e como ensinar (Tedesco, 1995).

O valor da família não foi perdido e permanece indispensável na sociedade. Cria as primeiras relações afetivas e responde às necessidades mais essenciais, e é, sem dúvida, onde os fundamentos dos futuros cidadãos são estabelecidos (Sierra, 2001). A família é a principal mediadora do desenvolvimento, tanto pessoal quanto socialmente, onde direitos e deveres devem ser trabalhados para alcançar equidade, participação, sustentabilidade e segurança, trabalhando na responsabilidade e tolerância (Zárate et al., 2014).

Novas tecnologias foram introduzidas em casas, crianças acessam todos os tipos de informações quase descontroladas (Mínguez, 2012), não estar mesmo suficientemente ciente de que conteúdo pode ou não ser benéfico (Martínez e Solano, 2011). Estudos como os de Aguaded e Díaz (2008) eles mostram o grande efeito que a televisão tem sobre os jovens, e isso é um pouco extensível para a mídia com a qual vivemos. As mídias sociais fazem parte de nossas vidas, e rapidamente transformaram a visão tradicional do que conhecíamos como "vida pública" (Sennett, 2011, p.15). Com tudo isso, a educação continua sendo responsabilidade dos agentes mais próximos aos jovens, mas com a dificuldade adicional de receber influências externas múltiplas que internalizam sem poder ser controladas pelas pessoas certas.

Colaboração família-escola

Diante dessas dificuldades, vê-se que o papel da família na educação é um aspecto fundamental no resultado educacional da criança, mas, como indicado, diferentes agentes entram em jogo nessa educação. Do lado familiar, é considerado um contexto ideal para aprender. Fatores importantes na família, como afetividade e aplicação significativa do que foi aprendido, tornam diferentes conhecimentos facilmente assimilados, mas na escola esses fatores não aparecem tão intensamente, dificultando a aprendizagem (Vila, 1998).

A participação das famílias na educação das crianças tem reconhecido benefícios nos resultados finais. Essa área é amplamente estudada porque tem um grande efeito na educação. Por exemplo, Jeenes (2011) o que mostra que o tipo de envolvimento do centro e dos pais afeta diretamente o desempenho escolar das crianças. Além disso Sanders e Sheldon (2009) viram que, na educação infantil, quanto mais se fazia na família, melhor o desenvolvimento da alfabetização. Além disso, quando as comunicações de qualidade foram aprimoradas em idades do ensino médio, efeitos positivos ocorreram no adolescente. Outro aspecto a ser observado é que eles descobriram que quando as famílias recebiam informações frequentes da escola, o fracasso escolar e o absenteísmo eram reduzidos. Houve também uma melhora na autoestima e desenvolvimento de habilidades (Shumow, 2009) entre outros benefícios. Em suma, quando as escolas trabalham em coordenação com as famílias, os alunos muitas vezes têm sucesso, tanto academicamente quanto na vida (Bolívar, 2006).

As possibilidades de participação e colaboração das famílias na escola são muito diversas e vão desde o mínimo envolvimento, como a preocupação com as tarefas diárias de seus filhos, até o mais alto grau que seria participação em órgãos como a AMPA e o CE (Redding, 2000).

Para uma relação adequada entre a escola e a família, Aznar (1998) destaca alguns pontos que devem ser levados em conta pelos pais:

1. **Informação:** Como responsáveis pela educação de seus filhos, os pais devem ser corretamente informados sobre sua evolução, não apenas dentro da sala de aula, mas em todo o contexto escolar. Este item inclui preocupações com a frequência regular dos alunos. Dessa forma, as famílias poderão agir em caso de necessidade de intervenção.
2. **Relacionamento com o tutor:** é importante que haja uma boa relação e coordenação entre os dois, que sejam realizadas reuniões, tanto formais quanto informais. Dessa forma, caso o aluno tenha dificuldades de aprendizagem, facilitará uma melhor intervenção que permita cobrir as necessidades que são apresentadas.
3. **Colaboração em tarefas acadêmicas:** Apoiar ou monitorar crianças no trabalho doméstico diário é importante para que a criança perceba que sua família está envolvida em sua formação. Promover um bom clima de trabalho em casa e promover autonomia e responsabilidade no estudo.

4. Associação de Mães e Pais de Alunos: a Aque exige um compromisso mais forte, gera nas famílias um senso de pertencimento ao centro e uma preocupação com a melhoria da qualidade educacional.

Como Gomariz et al. (2008), é importante que, em casa, haja interesse no campo acadêmico, pois é percebido pelas crianças que, ao apreciar o interesse familiar em seu trabalho escolar, elas as valorizam de forma mais positiva. A escola exige dos pais um trabalho de empatia com os professores, coragem e respeito ao seu trabalho, o que motiva os professores. Alega-se também que a educação de valor deve ser trabalhada de forma mais intensa, pois a escola está saturada de excessiva escolaridade de valores.

O papel dos professores na relação familiar da escola

Os professores desempenham um papel muito importante na relação entre a família e a escola, pois ela pode ser considerada a intermediária entre os dois. Professores veem participação da família como fator-chave no sucesso dos alunos (Llevot e Bernad, 2015). Às vezes pode ocorrer que os tutores começam a partir de ideias anteriores que produzem uma rotulagem (Gomila e Pascual, 2015), indicando que eles começam a partir de ideias implícitas que podem prejudicar a relação (Llevot e Bernad, 2015).

Os professores muitas vezes estabelecem distâncias com as famílias porque eles podem considerar a intervenção dos pais para dificultar seu trabalho de ensino (Consejo Escolar Del Estado, 2015). O papel dos professores é manter-se aberto, flexível e acolhedor. Isso permite que os pais tenham maior confiança e sejam motivados a participar. Dependendo do projeto educativo realizado pelo centro, existem algumas ou outras formas de incentivar a participação. Por exemplo, centros que trabalham para comunidades de aprendizagem valorizam muito a participação familiar, os professores são muito colaborativos, e as famílias também estão muito mais envolvidas na criação de confiança e relacionamento com *feedback muito positivo*. Também foi demonstrado que em famílias não estruturadas há maior dificuldade na tutoria. Professores encontram motivação no avanço e bem-estar dos alunos e entendem que a participação em toda a comunidade é necessária para que isso aconteça (Andrés e Giró, 2016).

O professor deve ser competente em três áreas principais. Por um lado, a *dimensão técnica profissional* dos professores contempla as habilidades e técnicas que lhe permitirão manter um bom relacionamento com os pais. Esta dimensão é adquirida com treinamento e experiência prévia. A segunda área é a *dimensão* pessoal de sua efetividade de trabalhar com os pais, que se refere à predisposição pedagógica à comunicação, ao trabalho de empatia. Por fim, a *dimensão cognitiva*, onde o tutor deve ser capaz de perceber como as famílias estão cumprindo seu trabalho familiar, o nível de participação dessas tanto no nível normativo quanto não regulatório (Rivas, 2010).

Por tudo isso, de acordo com Mehlig e Shumow (2013) e Miller et al., (2013), os professores devem ser suficientemente treinados para facilitar a participação familiar significativa, ainda mais dado que os professores continuam a afirmar que um dos desafios mais importantes encontrados ao ingressar na vida profissional é estabelecer relações de qualidade entre os pais do aluno e a escola (Evans, 2013).

Conclusões

A escola e a família se alimentam um do outro. Essa colaboração mútua é essencial, pois ambos os atores são especialistas, cada um em sua área, e, portanto, tornam-se modelos educacionais fundamentais a partir dos quais aprender (Hernández-Prados et al., 2019).

Os pais apoiam os professores respeitando e colaborando com as decisões do centro. Como Gomariz, et al (2008), isso cria uma boa relação família-professor, embora às vezes ocorram conflitos ou dificuldades. No caso do trabalho de Castro et al., (2014), os professores afirmam se sentir bastante valorizados pelas famílias e o bom desempenho está positivamente correlacionado com a participação nas atividades propostas pelo centro nos três níveis escolares. Os resultados obtidos por García-Sanz et al. (2010) refletem que as famílias acreditam que, por exemplo, seu interesse pela frequência das crianças na escola é muito alto. Por outro lado, Sanders e Sheldon (2009) descobriram que quanto mais pais estavam envolvidos na educação das crianças, recebendo informações frequentes do centro, menor a reprovação escolar e o absentismo.

Em outras pesquisas, os resultados mostram que, por outro lado, a participação dos pais em atividades culturais é bastante baixa (Colás e Contreras, 2013). García-Sanz et al. (2010) obtiveram resultados que indicaram baixa taxa de envolvimento ativo nas atividades do centro, ainda que com o comprometimento

dos familiares em participar mais da AMPA. Castro et al., (2014) também constataram que a participação nas atividades propostas por essa organização foi incentivada com moderação. Según Llevot e Bernad (2015), en las AMPAs geralmente há um grande número de pais matriculados, mas quando se trata de atendimento em reuniões e atividades há uma participação muito baixa. De dentro das organizações há também a necessidade de envolver mais os membros da família (Garreta, 2008).

As instituições de ensino apoiam a ideia da necessidade de divulgação familiar e para que participem das informações e das possibilidades de ajudar seus filhos; mas também há elementos que colocam limites nesse envolvimento, por medo ou incerteza (Belmonte, Bernárdez-Gómez e Mehlecke, 2020). Esse ideal deve, portanto, ser alcançado e a cooperação entre centros e famílias incentivada, uma vez que, se houver uma boa relação entre escola e família, as crianças aumentam o desempenho escolar e desenvolvem atitudes e comportamentos positivos, capturando assim a existência de continuidade entre os objetivos educacionais dos pais e os do centro.

Referencias

- Aguaded, J.I. e Díaz, R. (2008). La formación de telespectadores críticos en educación secundaria. *Revista Latina de Comunicación Social*, 63,121-139. http://search.proquest.com/openview/835da1e09c5b9f183_cbe6a8dbced2289/1?pq-origsite=gscholar
- Alarcón, A., Munera, L. e Montes, A. (2017). La teoría fundamentada en el marco de la investigación educativa. *Saber, ciencia y libertad*, 12(1), 236-245.
- Amezcuá, M. e Gálvez, A. (2002). Los modos de análisis en investigación cualitativa en salud: perspectiva crítica e reflexiones en voz alta. *Revista Española de Salud Pública*, 76, 423-436.
- Andrés, S. e Giró, J. (2016). El papel y la representación del profesorado en la participación de las familias en la escuela. *Revista electrónica interuniversitaria de formación del profesorado*, 19(1), 61-71. DOI: 10.6018/reifop.19.1.245461
- Angosto, R. (2015). *Los Centros De Educación Infantil E Primaria De La Región De Murcia Ante La Incorporación Del Alumnado Extranjero: La Valoración De Las Familias*. (Tesis Doctoral, Universidad de Murcia). <http://hdl.handle.net/10201/48244>
- Auduc, J.L. (2007). *Les relations parents-enseignants à l'école primaire*. CRDP de l'académie de Créteil.
- Aznar, P. (1998). Interacción en contextos educativos: la relación familia-escuela. *Revista de Ciencias de la Educación*, 174, 205-216. <http://cat.inist.fr/?aModele=afficheNecpsidt=2010220>
- Bas, E. e Pérez Guzmán, M.V. (2010). Desafíos de la familia actual ante la escuela y las tecnologías de información y comunicación. *Educatio Siglo XXI*, 28(1), 41-68. <http://revistas.um.es/educatio/article/view/109721/104411>
- Belmonte, M. L. e Bernárdez-Gómez, A. (2020). Respuesta social al estado de aislamiento por coronavirus, percepciones sobre educación. *Revista Conhecimento Online*, 3, 30-49.
- Belmonte, M. L., Bernárdez-Gómez, A., e Mehlecke, Q. T. C. (2020). La relación familia-escuela como escenario de colaboración en la comunidad educativa. *Revista Valore*, 5, 5025.
- Bernárdez-Gómez, A. Belmonte, M. L. e Galián, B. (2020). Microenseñanza e autoscopia como elementos de evaluación docente, de la teoría a la práctica. *Revista Meta-Avaliação* (en prensa).
- Bernárdez-Gómez, A., Marafante, G., e Da Silva, L. (2020). Perspectivas teóricas sobre o engajamento agêntico. *Brazilian Journal of Development, Curitiba*, 6, 10, 75648-75661.
- Bisquerra, R. (2016). *Metodología de la investigación educativa*. La Muralla.
- Bolívar, A. (2006). Familia e escuela: dos mundos llamados a trabajar en común. *Revista de Educación* 339, 119-146. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2057208>
- Castro, M., Expósito, E., Lizasoain, L., López, E. e Navarro, E. (2014). Participación familiar y rendimiento académico de alumnos españoles de Educación Infantil, Educación Primaria e Educación Secundaria. En Consejo Escolar del Estado (Coord.), *La participación de las familias en la educación escolar* (pp.167-179). Madrid: Ministerio de Educación Cultura e Deporte. <http://www.mecd.gob.es/dctm/cee/publicaciones/estudioparticipacion/estudioparticipacion.pdf?documentId=0901e72b81b45e35>

- Cea D'Ancona, M. A. (1996). *Metodología Cuantitativa. Estrategias e técnicas de investigación social*. Madrid: Síntesis.
- Colás, P. e Contreras, J.A. (2013). La participación de las familias en los centros de Educación Primaria. *Revista de Investigación Educativa*, 31(2), 485-499. DOI: [10.6018/rie.31.2.171031](https://doi.org/10.6018/rie.31.2.171031)
- Consejo Escolar Del Estado (2015). Las relaciones entre familia e escuela. Experiencias e buenas prácticas. En *XXIII Encuentro De Consejos Escolares Autonómicos E Del Estado*. Madrid, Ministerio De Educación, Cultura e Deporte. <http://www.mecd.gob.es/dctm/cee/encuentros/23encuentro/23encuentroceae/documentobase2015.pdf?documentId=0901e72b81cba426>
- CE (Constitución Española). (BOE 311, de 29 de diciembre de 1978). <https://www.boe.es/boe/dias/1978/12/29/pdfs/A29313-29424.pdf>
- Constitución Política Colombiana (1991). Asamblea Nacional Constituyente, Bogotá, Colombia, 6 de julio de 1991. <http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=4125>
- Costa, M. e Torrubia, R. (2007). Relación familia-escuela: una asignatura pendiente en muchos centros educativos. *Participación educativa*, 4, 47-53. <http://www.mecd.gob.es/revista-cee/pdf/revista-4.pdf>
- Evans, C. (2013). Making sense of assessment feedback in higher education. *Review of educational research*, 83(1), 70-120.
- Fernández, M., Mena, L. e Riviere, J. (2010). *Fracaso e abandono escolar en España*. Barcelona: Fundación "La Caixa". <http://ignucius.bd.ub.es:8180/jspui/handle/123456789/932>
- Frías de Val, A.S. (2014). Evolución del marco normativo español sobre la participación de las familias. Contexto histórico. En Consejo Escolar del Estado (Coord.). *La participación de las familias en la educación escolar* (pp.57-80). Madrid: Ministerio de Educación Cultura e Deporte. <http://www.mecd.gob.es/dctm/cee/publicaciones/estudioparticipacion/estudioparticipacion.pdf?documentId=0901e72b81b45e35>
- García Sanz, M.P., Hernández Prados, M.A., Parra, J., e Gomariz, M.A. (2016). Participación Familiar en La Etapa de Educación Primaria. *Perfiles Educativos*, 38(154), 97-117.
- García-Sanz, M.P., Gomariz, M.A., Hernández-Prados, M.A., e Parra, P. (2010). La comunicación entre la familia e el centro educativo, desde la percepción de los padres. *Educatio Siglo XXI*, 28(1), 157-188.
- Garreta, J. (2008). *La participación de las familias en la escuela pública. Las Asociaciones de Madres e Padres del Alumnado*. CEAPA. <https://www.ceapa.es/content/la-participaci%C3%B3n-de-las-familias-en-la-escuela-p%C3%BAblica-0>
- Garrido, V. (2005). *Los hijos tiranos*. Ariel.
- Gimeno, A. (1999). *La Familia: el desafío de la diversidad*. Ariel.
- Gomariz, M.A., Parra, J., García Sanz, M.P., Hernández Prados, M.A. e Pérez Cobacho, J. (2008). *La comunicación entre la familia e el centro educativo*. Murcia: Consejo Escolar de la Región de Murcia. Consejería de Educación, Ciencia e Investigación.
- Gomila, M.A. e Pascual, B. (2015). La participación de las familias en el sistema educativo: la percepción del profesorado en formación. *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 18(3), 99-112. DOI: [10.6018/reifop.18.3.199321](https://doi.org/10.6018/reifop.18.3.199321)
- Hernández Prados, M. A., García-Sanz, M. P., Galián, B., e Belmonte, M. L. (2019). Implicación de familias e docentes en la formación familiar. *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 22(3), 61-75. DOI: [10.6018/reifop.22.3.388971](https://doi.org/10.6018/reifop.22.3.388971)
- Jeenes, W.H. (2011). *Parental involvement and academic success*. Routledge.
- Ley de Instrucción Pública de 9 de septiembre de 1857 (Ley Moyano). http://personales.us.es//alporu/historia/lee_moeano_texto.htm
- Ley Orgánica 1/1990, de 3 de octubre, de Ordenación General del Sistema Educativo. LOGSE (BOE núm.238, de 4 de octubre de 1990). <https://www.boe.es/boe/dias/1990/10/04/pdfs/A28927-28942.pdf>
- Ley Orgánica 10/2002, de 23 de diciembre, de Calidad de la Educación (LOCE). (BOE núm. 307, de 24 de diciembre de 2002). <https://www.boe.es/boe/dias/2002/12/24/pdfs/A45188-45220.pdf>

- Ley Orgánica 2/2006, de 3 de mayo, de Educación (LOE). (BOE núm.106, de 4 de mayo de 2006). Recuperado de <https://www.boe.es/boe/dias/2006/05/04/pdfs/A17158-17207.pdf>
- Ley Orgánica 8/2013, de 9 de diciembre, para la Mejora de la Calidad Educativa (LOMCE). (BOE, núm. 295, de 10 de diciembre de 2013). <https://www.boe.es/boe/dias/2013/12/10/pdfs/BOE-A-2013-12886.pdf>
- Llevot, N. e Bernad O. (2015). La participación de las familias en la escuela: factores clave. *Revista de la Asociación de Sociología de la Educación*, 8(1), 57-70. Recuperado de <http://www.ase.es/rase/index.php/RASE/article/view/370>
- Martínez, F. e Solano. I. (Coord.) (2011). *Comunicación e relaciones sociales de los jóvenes en la red*. Marfil.
- Mehlig, L.M. e Shumow, L. (2013). How is me child doing?: Preparing pre-service teachers to engage parents through assessment. *Teaching Education*, 24(2), 181-194. DOI: [10.1080/10476210.2013.786892](https://doi.org/10.1080/10476210.2013.786892)
- Miles, M. B., Huberman, A.M. e Saldaña, J. (2014). *Qualitative Data Analesis. A Methods Sourcebook* (3ª Ed.). United States of America: Sage.
- Miller, G.E., Lines, C., Sullivan, E. e Hermanutz, K. (2013). Preparing educators to partner with families. *Teaching Education*, 24(2), 150-163. DOI: [10.1080/10476210.2013.786889](https://doi.org/10.1080/10476210.2013.786889)
- Mínguez, R. (2012). Responsabilidad educativa en tiempo de crisis. *Edetankia*, 42, 107-125. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4147415>
- Pacios, A. (2013). *Técnicas de búsqueda e uso de la información*. Editorial Universitaria Ramón Areces.
- Pereira, M.C. e Pino, M.R. (2002). Un programa de intervención pedagógica sobre educación familiar en el ámbito comunitario. Aspectos generales (I). *Revista de Ciencias de la Educación*, 189, 21-38.
- Pérez Serrano, G. (1998). Familia e educación. Cuestión a debate. *Bordon*, 50 (1), 7-22.
- Real Decreto de 4 de agosto de 1836, por el que se aprueba el Plan General de Instrucción pública. Suplemento a la Gaceta de Madrid del 9 de agosto. <https://www.boe.es/datos/pdfs/BOE/1836/600/C00001-00007.pdf>
- Redding, S. (2000). *Familias e centros escolares. Series de Prácticas Educativas*, 2. Bruselas: Academia Internacional de Educación. http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/archive/Publications/educationalpracticesseri.espdf/prac02s.pdf
- Repáraz, C. e Naval, C. (2014). Bases conceptuales de la participación de las familias. En Consejo Escolar del Estado (Coord.), *La participación de las familias en la educación escolar*, (pp. 21-34). Madrid: Consejo Escolar del Estado. Ministerio de Educación, Cultura e Deporte. <http://www.mecd.gob.es/dctm/cee/publicaciones/estudioparticipacion/estudioparticipacion.pdf?documentId=0901e72b81b45e35>
- Rivas, S. (2010). Abordaje al perfil del profesional capaz de establecer una colaboración eficaz e positiva entre familia e escuela. *International Journal of Developmental and Educational Psechologe*. 1, 213-220. <http://hdl.handle.net/10171/29245>
- Rivero, L., Vera, M. e Bakker, M. (2009). *Las Asociaciones de Madres e Padres. Orientaciones para la participación*. Almería: FAPACE. <https://www.ceapa.es/Sites/Default/Files/Documentos/Orientaciones-Para-La-Participacion-Fapace.Pdf>
- San Martín, D. (2014). Teoría fundamentada e Atlas.ti: recursos metodológicos para la investigación educativa. *Revista Electrónica de Investigación Educativa*, 16 (1), 104-122, <http://redie.uabc.mx/vol16no1/contenido-sanmartin.html>
- Sanders, M. G., e Sheldon, S. B. (Eds.). (2009). *Principals matter: A guide to school, familie, and communitie partnerships*. Corwin Press.
- Santelices, L. (2011). La familia desde una mirada antropológica: requisito para educar. Pensamiento Educativo. *Revista de Investigación Educativa Latinoamericana*, 28(1), 183-198. <http://Pensamientoeducativo.Uc.Cl/Index.Php/Pel/Article/View/194>
- Seale, C. (1999). *The qualite of qualitative research*. Sage.

- Sennett, R. (2011). *El declive del hombre público*. Anagrama. http://www.anagrama-ed.es/view/12295/A_423.pdf
- Shumow, L. (Ed.). (2009). *Promising Practices for Famile and Communitie involvement during high school*. Charlotee, NC: Information Age Publishing.
- Sierra, R. (2001). Integración social e equidad en la perspectiva del desarrollo humano sostenible. *Colección cuadernos desarrollo humano sostenible*, 1, 7-22. Recuperado de <http://catedraunescodh.unam.mx/catedra/BibliotecaV2/Documentos/Globalizacion/Articulos/IntegracionSocialEquidad.pdf>
- Silveira, M. (1999). *A educar também se aprende*. Alba editorial.
- Tedesco, J. (1995). El nuevo pacto educativo. Anaea
- Torralba, F. (2004). Los valores de la familia en la tradición cristiana. En M.R. Buxarrais e M.P. Zeledon (Coords). *La familia, un valor cultural, tradiciones y educación en valores democráticos*. Desclée.
- Vila, I. (1998). *Familia e escuela: dos contextos y un solo niño*. Universitat de Girona. Girona. Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/Vila_Ignasi/publication/264419965_Familia_e_escuela_dos_contextos_e_un_solo_nino/links/53dd20500cf216e4210c19e0.pdf
- Villar, A. (Coord.) (2012). *Educación e desarrollo. Informe PISA 2009 y el sistema educativo español*. Fundación BBVA. http://www.fbbva.es/TLFU/dat/DE_2012_IVIE_educacion_desarrollo.pdf
- Eárnoz, S. (2006). ¿Seguimos descuidando a los padres? El papel del padre en la dinámica familiar y su influencia en el bienestar psíquico de sus componentes. *Anales de Psicología*, 22(2), 175-185. <http://revistas.um.es/analesps/article/viewFile/25781/25011>
- Zárate, R., Ortiz, L. e Peñaranda, D. (2014). Fortalecimiento familiar desde los derechos humanos, una estrategia pedagógica hacia el desarrollo humano sostenible. En R. Cavallotti e C. León (Eds.), *II International Conference Famile and Société* (pp.37-50). http://www.uic.es/sites/default/files/actas_ii_international_conference_famile_and_societe.pdf